

XXXI COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE



[Com/Con]tradições na História da Arte

Organização

Ana Maria Tavares Cavalcanti

Maria de Fátima Morethy Couto

Marize Malta

Universidade Estadual de Campinas

Outubro 2011



‘Arquivos escritos em barro’: a relação entre arte e arqueologia no final do século XIX no Brasil

Claudia Valladão de Mattos
Instituto de Artes – Unicamp

Resumo

Ao longo da segunda década do século XIX podemos observar como o debate em torno da questão da arqueologia indígena no Brasil sofre pressão para tornar-se mais objetiva e científica. Uma das estratégias usadas para responder a essa pressão foi a incorporação da prática de descrição dos resquícios materiais das culturas autóctones do Brasil, assim como sua representação através de imagens, lançando mão de uma tradição que remonta às pranchas produzidas por Alexander von Humboldt em seu livro sobre as Américas. O presente artigo pretende avaliar o processo de incorporação de imagens no campo da arqueologia indígena do século XIX no Brasil, observando seus vínculos com a tradição da história da arte e com a tradição humboldtiana.

Palavras-Chave: Goeldi. Arte. Arqueologia. História. Século XIX.

Abstract

Along the second half of the 19th century we can observe a growing pressure for a more scientific approach to Brazilian indigenous archeology. One of the strategies used to respond to such pressure was the incorporation of the practice of description of the material legacy of indigenous culture, as well as the use of images as scientific data. These practices relied strongly on a tradition established earlier by the German naturalist Alexander von Humboldt in his book on the Americas. The present article will examine the process of image incorporation in the field of indigenous archeology in Brazil, observing its links to the practices of Art History and to the humboldtian tradition.

Keywords: Goeldi. Art. Archeology. History. 19th Century.

A arqueologia indígena no Brasil tem uma longa história que se vincula à expectativa de construção, tanto de uma identidade nacional, quanto de seu território. A partir de meados do século XIX, debates em torno da origem dos povos indígenas que habitavam o Brasil passaram a lançar mão da cultura material desses povos, ao lado do estudo de língua e mitologia, para desenvolver argumentos a favor de uma unidade cultural étnica e territorial, ainda que esses argumentos tenham frequentemente se alterado ao longo dos anos. Nas últimas décadas do século XIX, sob pressão para a produção de argumentos científicos e provas materiais irrefutáveis sobre a história remota do país, podemos acompanhar um esforço de sistematização dos achados arqueológicos em coleções de imagens publicadas em pranchas que organizassem o conjunto dos objetos disponíveis à análise, em um argumento visual forte. Nesta empreitada, acreditamos que o exemplo de Alexander von Humboldt, que produziu uma série de pranchas de objetos e edifícios arqueológicos em seu estudo da cultura Asteca, publicado no *Vista das Cordilheiras*, se torna importante.

[Figura 1]

Com esse espírito, um dos primeiros a usar argumentos visuais em suas pesquisas foi o arqueólogo João Barbosa Rodrigues, um defensor, com veremos, dos velhos discursos românticos de uma vinculação dos índios americanos às grandes civilizações do mundo. Ainda que se opusesse ao discurso e às conclusões de Barbosa Rodrigues, o zoólogo suíço Emilio Augusto Goeldi, diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnologia desde 1894, também lançou

mão de imagens para desenvolver uma nova arqueologia “científica” na Amazônia. Dentre os objetivos de sua gestão estava o desenvolvimento de uma arqueologia indígena que permitisse superar a “visão embrionária” sobre as culturas autóctones do Brasil formadas a partir de “mero aglomerado fragmentário, debaixo do domínio do cego acaso.”¹ Em 1895 ele organizou uma primeira expedição para o litoral norte do Amapá, à qual seguiram outras três, cujo objetivo era levantar material para uma “análise científica” do passado. Além de coletar uma grande quantidade de material, Goeldi realizou, com a ajuda de fotógrafos e gravadores, uma série de pranchas que ordenava visualmente o material coletado, usando critérios formais e estéticos. Com esse processo, Goeldi propôs novamente um método de dedução de informações sobre a cultura indígena a partir de sua cultura material, ainda que com novos coloridos, quando comparado aos argumentos visuais usados por seu antecessor, Barbosa Rodrigues. Diria Goeldi:

[...] visto que, em longo prazo, a maior parte do inventário costumeiro e sobremaneira simples do dia-a-dia dos serviços domésticos indígenas cai vítima da influência destrutiva do clima trópico-equatorial, a pesquisa pré-histórica (...) fica resumida em essência à leitura dos documentos em forma de barro e pedra.²

No presente artigo, gostaria de traçar um breve apanhado da história da arqueologia no século XIX no

¹ Goeldi, Emilio, citado em Lúcio Menezes Ferreira, “Ordenar o Caos: Emilio Goeldi e a arqueologia amazônica”, in: *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, v.4, jan/abril de 2009, os. 73-74.

² Goeldi, Emilio, “Urnas funerárias de povos indígenas extintos e curiosos ídolos de barro e pedra da região amazônica”, in: *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, op.cit., p.105.



Figura 1 - "Busto de uma princesa Asteca", reproduzido em Alexander von Humboldt, *Ansichten der Cordilleren*, ilustração I, 1810-13.

Brasil, enfatizando as mudanças dos modelos adotados no início do século, para aqueles que ocupam os pesquisadores a partir da segunda metade do século XIX, quando as imagens começam a se tornar uma ferramenta precisa na construção do discurso sobre o passado remoto do país. Argumentaremos que a introdução de imagens no âmbito do discurso arqueológico no Brasil teve como precedente e provavelmente como fonte de inspiração a obra do naturalista alemão, Alexander von Humboldt, que como dissemos, usou imagens para a avaliação histórica e estética dos objetos e monumentos encontrados ao longo de sua viagem pela América espanhola, várias décadas antes dos pesquisadores brasileiros incorporarem tal estratégia às suas análises científicas.

As discussões sobre a origem dos índios brasileiros formam um dos temas mais debatidos e polêmicos dentre aqueles que compõem o espectro dos temas em torno da construção da identidade da jovem nação brasileira nos círculos do IHGB a partir dos anos 40 do século XIX. Participaram desse debate figuras centrais do assim chamado “movimento indianista”, como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, assim como outros intelectuais, como Varnhagen e von Martius. Gonçalves Dias, em particular, teve várias oportunidades para realizar pesquisas de campo relacionadas ao tema. Em 1858, por exemplo, o poeta participou de uma viagem patrocinada pelo IHGB, com o fim de colher informações a respeito da visão que o indígena mantinha dos ‘brancos’, registrando suas queixas e levantando um material vasto sobre sua cultura. Em

1861, novamente ele esteve na região dos rios Negro e Solimões, supervisionando as diretorias de índios da região. De acordo com Lúcio Ferreira,³ em consequência dessas experiências, Gonçalves Dias construiu uma “imaginação política” que favoreceu o desenvolvimento de um discurso de integração dos índios ao imaginário da nação, ainda que esse discurso ressaltasse mais o passado que o presente e não servisse, de fato, à melhoria das condições de vida das populações indígenas de sua própria época.

A arqueologia deste período, incluindo a obra do próprio Gonçalves Dias, partia principalmente de ferramentas fornecidas pela filologia, centrando-se na análise das línguas indígenas para traçar hipóteses sobre migrações e parentescos entre grupos. Também eram usados argumentos raciais, procurando analisar o biótipo dos indígenas, associando-os a diversos povos do mundo. Evidentemente, todos esses argumentos possuíam forte caráter ideológico e procuravam assegurar um passado “glorioso” para o Brasil. Os relatos de viajantes também eram uma fonte importante a ser consultada, ainda que muito pouco confiável, como hoje sabemos.

Em consonância com sua própria época, Gonçalves Dias analisou, por exemplo, os mitos e a língua dos povos indígenas, além de estudar cuidadosamente as observações de naturalistas e cronistas que estiveram viajando pelo país ao longo dos séculos de colônia, concluindo que as populações indígenas brasileiras eram de origem Tupi em

³ Ferreira, Lúcio Menezes, “Gonçalves Dias: Arqueólogo e Etnógrafo”, in: Marcos Antônio Lopes (org.) *Grandes Nomes da História Intelectual*, São Paulo: Ed. Contexto, 2003, p.456-465.

sua maioria e descendia das “nobres” tribos americanas do hemisfério norte. Gonçalves Dias insistia nas semelhanças raciais entre os Tupi e os Iroqueses, por exemplo, afirmando que esses povos do norte, guerreiros conquistadores, haviam descido em direção à América do Sul, ocupando o litoral e expulsando os índios locais, mais primitivos que eles, para o interior do país. De acordo com o poeta, essas raças primitivas teriam uma origem mongol, enquanto que os descendentes do norte, os primeiros Tupis, teriam uma origem calcasiana.⁴ Essa teoria permitia construir uma imagem nobre dos índios brasileiros do passado, ainda que essa nobreza fosse difícil de ser encontrada entre as tribos modernas. Traçado um parentesco ancestral entre os índios do Brasil e as populações mais desenvolvidas da Europa, os nossos índios tornavam-se passíveis de serem recivilizados. A ocupação europeia poderia mesmo ser vista como uma recuperação de um estado de civilização perdido ao longo de uma história de triste decadência. Em última instância, a assimilação dos indígenas modernos poderia ser vista como um feliz reencontro com seu próprio passado. Tais ideias de uma descendência nobre, civilizada, das populações indígenas do Brasil, impulsionou a utilização da imagem do índio na tessitura da identidade da jovem nação, assim como na construção de uma geopolítica do Império. Nas palavras de Lúcio Ferreira, àquela época:

[...] a Filologia e a Etnografia se articula(ra)m à Arqueologia – os mitos geogônicos e teogônicos, uma vez garimpados os seus resíduos poéticos, arejados os seus conteúdos lendários, removidos os entulhos de sua longa memória, contariam a História Geográfica do Império, a

⁴ Idem, p.458.

História das antigas migrações e ocupações do continente brasileiro, contariam a História de “nossos” índios, dos índios que habitavam, desde há muito, o “nosso” território.⁵

Várias teorias procuravam associar os índios brasileiros a algum povo do mediterrâneo, como os gregos, fenícios, ou egípcios, vendo nas pinturas rupestres, por exemplo, registros dessa presença no continente americano. Todos esses discursos, no entanto, partiam do pressuposto que o índio atual encontrava-se em um estado de decadência, quando comparado às gloriosas civilizações do passado, das quais descendiam, abrindo caminho para argumentos de assimilação do índio à civilização mais avançada da atualidade, à cultura europeia representada pelos brancos colonizadores.

Ao longo da segunda metade do século XIX tal situação começa a se transformar. Descendente da tradição filológica que remontava a meados do século XIX, João Barbosa Rodrigues, diretor do Museu Botânico do Amazonas por muitos anos, procurou desenvolver a hipótese de uma origem asiática das populações indígenas do Brasil. Porém, a pressão por argumentos “científicos” e materiais que pudessem sustentar suas hipóteses levou-o a lançar mão pela primeira vez de forma sistemática, de argumentos visuais, na tradição de Alexander von Humboldt.

Humboldt havia publicado grandes pranchas detalhadas dos objetos e arquitetura Asteca que

⁵ Ferreira, Lúcio Menezes, “Vestígios da Civilização: A arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)”, dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 2002, ps. 87-88.

encontrara em suas viagens pela América espanhola, ressaltando no texto que acompanha as pranchas, características formais desses objetos que permitiam uma comparação com outras grandes civilizações. Diria Humboldt comparando os objetos por ele colecionados e apresentados ao leitor:

Algumas poucas nações distantes umas das outras, como a etrusca, a egípcia, a tibetana e a asteca, demostram uma analogia surpreendente com respeito às suas construções, suas instituições religiosas, sua forma de contar o tempo, seus ciclos de renovação e seus mitos.⁶

Em seu *Vellosoia*, João Barbosa Rodrigues apresentaria os objetos encontrados na região da Amazônia, mais especificamente na necrópole de Mirakanuera, por ele escavada, lado a lado com objetos de origem asiática, como forma de “provar”, à maneira de Humboldt, a ascendência dos índios brasileiros nessas culturas milenares. Por exemplo, ele argumentaria que a forma quadrada de cerâmicas encontradas na necrópole não existia em outras partes do país e só eram encontradas na China. **[Figura 2]** Assim, de acordo com ele, estaria comprovada sua origem cultural naqueles povos.

Na concepção de Barbosa Rodrigues, o elemento geométrico ocupava também uma posição central. A hipótese era a de que quanto mais geométrico o objeto, maior o nível de civilização das populações que fabricaram o artefato. A mesma hipótese fora levantada

⁶ Humboldt, Alexander von, *Ansichten der Kordilleren und Monumente der eingeborenen Völker Amerikas*, Frankfurt a.M: Eichborn Verlag, 2004, p.7. Tradução da autora.

por Humboldt para justificar o alto grau de civilização das populações Astecas no continente americano.

Ainda que se contrapondo fortemente à tradição arqueológica brasileira, Emilio Goeldi não deixou de produzir alguma continuidade, especialmente quanto ao método e aos princípios adotados para a análise do material encontrado em escavações. Também ele se serviu de pranchas nas quais situava os objetos e descrevia-os de um ponto de vista formal, avaliando sua qualidade estética, na tradição de Alexander von Humboldt. A diferença encontrava-se no fato dele não estar procurando comprovar uma origem “nobre” para os índios. Assim, este método tornou-se uma forma eficiente de mapear a distribuição geográfica e as semelhanças e diferenças entre as próprias tribos no Brasil, especialmente no norte do país. **[Figura 3]**

Quando comparado às pranchas de João Barbosa Rodrigues, as de Goeldi são muito mais precisas no que se refere aos elementos dispostos para comparação e desenvolvem argumentos muito menos espetaculares. Goeldi procurou usar o método trazido por Humboldt para a arqueologia das Américas através de um mapeamento delicado das formas efetivamente encontradas em cada região investigada, produzindo um discurso visual capaz de apontar para os parentescos locais e regionais, assim como para as especificidades culturais de cada grupo étnico, abandonando a longa tradição de associação entre os índios brasileiros e diversas populações históricas do planeta. Os argumentos de Goeldi também foram colocados a favor da

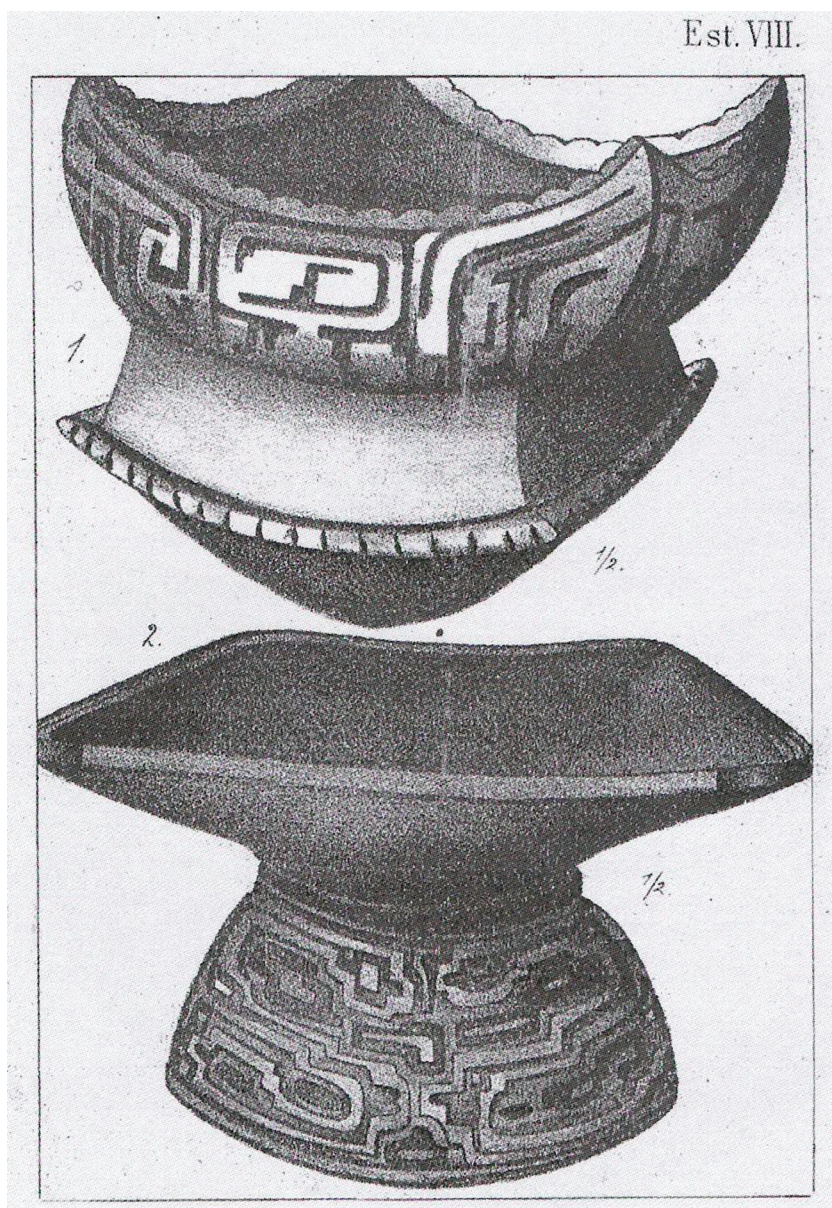


Figura 2 - Cerâmica de necrópole Marakanguera, escavadas por João Barbosa Rodrigues e reproduzida em *Velloso* (1892).



Figura 3 - Goeldi, Cerâmica de índios extintos nos rios Macará e Anauará-Pacú (Estampa IV), publicado em "Urnas funerárias dos povos indígenas extintos...", 1906.

investigação de uma relação entre os povos do passado e do presente, na medida em que o pesquisador alemão também compara artefatos arqueológico com coleções etnográficas modernas que ele mantinha no museu.

Desta forma, partindo de uma tradição nacionalista, preocupada com a construção de uma origem nobre para a

jovem nação, Goeldi, transforma, no final do século XIX, a ferramenta visual introduzida por Humboldt em um instrumento de pesquisa comparativa, nos moldes atuais. Goeldi foi capaz de desenvolver um discurso sobre o passado que de fato auxiliava na compreensão das populações indígenas reais que habitaram e continuavam habitando o continente americano, aproximando passado e presente e iniciando um novo momento no discurso sobre a arqueologia indígena no país.

